

7. VII 1997

ANC P4

A lição de um operário para os constituintes

Tudo indica — dado o elevado grau de sandice e irresponsabilidade que grassa na Constituinte de um modo geral, e na esquerda do PMDB, no PT, no PDT e nos partidos comunistas em particular — que sairá endossado esta semana da Comissão de Sistematização um projeto de Constituição que tem tudo para transformar o Brasil, em pouco tempo, numa das nações mais atrasadas política, econômica e socialmente do Planeta. E isso graças ao "progressismo" demagógico dos nossos constituintes, que pretendem submeter totalmente os cidadãos e a empresa privada ao Estado, além de estabelecerem definitivamente o paternalismo mais retrógrado nas relações trabalhistas, com a aprovação de medidas como a jornada semanal de 40 horas, a estabilidade no emprego depois de 90 dias de contrato e o pagamento das férias em dobro.

Os constituintes que insistem em impor essas aberrações à nação brasileira não perceberam ainda — ou não querem perceber — que o Brasil verdadeiro, esse que trabalha duro e sofre as agruras da recessão, sem direitos às mordomias e sem usufruir as benesses do poder, já esgotou sua paciência, está querendo é paz para trabalhar. E, principalmente, dispensa esse tipo de proteção que a Comissão de Sistematização quer impor. Os próprios trabalhadores já perceberam que essas medidas demagógicas, com as quais os senhores constituintes pensam estar levando a classe operária para o paraíso, na verdade irão reverter-se contra eles.

"A única reivindicação que os trabalhadores têm a fazer junto aos constituintes é que eles garantam a negociação direta entre patrões e empregados, sem a interferência do governo. Não adianta criar garantias artificiais que ninguém vai respeitar" — ensina o sindicalista Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em uma entrevista publicada na edição de domingo do jornal O Estado de S. Paulo.

Com uma longa experiência de militância na vida sindical e com a autoridade de quem acaba de derrotar, na disputa pela presidência do maior sindicato da América Latina, um conglomerado formado pelo PT, PDT, PCB e PC do B, Medeiros condena não só os "presentes" que os constituintes querem dar aos trabalhadores (na realidade, verdadeiros presentes de grego), mas também o excessivo privilégio que se dá à ação do Estado no texto que está sendo parido na Comissão de Sistematização. São dele as lições que se seguem e que deveriam servir de roteiro ao trabalho dos senhores constituintes, antes que eles, com seu populismo, inviabilizem a atividade econômica no Brasil:

"Este milagre de estabilidade no emprego e da jornada de 40 horas, obrado de cima para baixo, é demagogia pura e terá conseqüências sociais muito graves, porque a indústria, simplesmente, não vai cumprir tais normas. No fim, seremos atirados numa crise econômica tão grande que, para recuperar o tempo perdido, teremos de trabalhar 50 horas em vez de 40 horas".

"Evidentemente, são necessárias garantias para evitar que as empresas demitam o operário a seu bel-prazer. O melhor a se fazer é tentar construir diques para garantir o emprego. Mas a garantia absoluta, que estão querendo fazer valer na Constituição brasileira, não existe em nenhum país do mundo, nem na União Soviética, onde o Estado pode transferir o trabalhador de uma fábrica para outra, sem o consultar sobre seus interesses. Não admito fazer greve numa fábrica à beira da falência, porque acho que a melhor garantia para o trabalhador, durante o crescimento econômico, é a liberdade de emprego. Num período de crescimento, a estabilidade no emprego é um instrumento contra o trabalhador, pois cria empecilhos e até evita que, mudando de emprego, o trabalhador possa vender mais caro sua força de trabalho. Durante a crise é preciso dar ao trabalhador a garantia de que seu emprego será relativamente preservado, evitando-se a caça às bruxas."

"O Estado é o pior patrão que existe. Pelo fato de ele ser patrão e mau patrão, porque é eternamente deficitário e improdutivo e, por isso, mete a mão no bolso das empresas produtivas e suga o suor do trabalhador, ele também, como árbitro, é o grande responsável pelos maus acordos feitos pelos trabalhadores."

"Se o Estado brasileiro não for libertado do jugo colonial, se o Brasil não se curar do câncer cultural, que é a retrógrada mentalidade terceiro-mundista predominante, não conseguirá dar o salto do oitavo para o quinto lugar entre as economias do mundo. O Estado moderno preside a grande aventura da sociedade e só será viabilizado se for afastado esse preconceito que, entre outros agentes, a Igreja jesuítica, importada para o Brasil, por acaso, na época da Inquisição, promove para atrasar e emperrar o desenvolvimento do País."

Se prevalecer no texto constitucional a vontade desta esquerda que, segundo Medeiros definiu muito bem, "vive num mundo que não é o do trabalho, é artificial", o destino do Brasil já está traçado: será a União Soviética dos anos 90, com todas as mazelas que o camarada Gorbachóv tenta hoje superar. As empresas privadas, com seus custos excessivamente aumentados, não resistirão por muito tempo e o Estado irá assumindo suas funções até ser o único patrão. Os trabalhadores, desestimulados, sem competição e sem possibilidades de melhorar seus salários pela produtividade, irão acomodar-se e todo o sistema econômico perderá eficiência. Passados mais de 70 anos da sua "gloriosa revolução comunista", a União Soviética ainda não deu o "grande salto" em direção a uma sociedade justa e rica. Exatamente porque os pais da pátria soviética, como nossos irresponsáveis constituintes de agora, acreditaram que seria possível promover a "felicidade geral da nação" a partir do fortalecimento do poder do Estado e do excesso de paternalismo nas relações com os trabalhadores.

"Quem porá na cabeça de nossos administradores que o tempo dos métodos administrativos está passando e que a economia tem suas próprias leis? Que violar essas leis é tão grave quanto violar as leis do reator de Chernobyl? Por que eles devem pensar que estão acima da lei, e são imunes à crítica? Precisamos de glasnost e democracia" — pregou em recente artigo publicado na edição de junho do revista Novy Mir o escritor soviético Nikolay Shmelyov.

A Constituinte, pela pressão dos demagogos e dos nacional-estatizantes, está tentando violar todas essas leis no Brasil. Se conseguir, a nova Constituição será, seguramente, o reator de Chernobyl da economia brasileira. E, por extensão, da própria democracia brasileira!